



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO**

CNPJ Nº 75.832.170/0001-31

ESTADO DO PARANÁ

Av. Deputado Nilson Ribas, 882 - Telefone: (043) 3224-1151 - CEP: 86.315-000

Site Oficial do Município:

[www.pmsantoantoniodoparaíso.pr.gov.br](http://www.pmsantoantoniodoparaíso.pr.gov.br)

SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ

**LEI COMPLEMENTAR Nº 45/2025**

**Ementa:**

Inclui o na Lei nº 198, de 19 de Dezembro de 1994 - Código Tributário do Município de Santo Antônio do Paraíso os Art. 232.A, 232.B e 233.A, para dispor sobre as sanções aplicáveis ao não recolhimento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI dentro do prazo legal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PARAISO, ESTADO DE PARANÁ, faz saber, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** - Fica incluído na Lei nº 198, de 19 de Dezembro de 1994 - Código Tributário do Município de Santo Antônio do Paraíso os **Art. 232.A e Art. 232.B**, com a seguinte redação:

**Da Comunicação Obrigatória pelos Cartórios**

**Art. 232.A.** Quando constatada a aquisição de terreno ou imóvel urbano e rural localizado no Município de Santo Antônio do Paraíso, as serventias extrajudiciais, inclusive os cartórios de notas e de registro de imóveis deverão informar a Prefeitura Municipal, até o último dia útil do mês subsequente à prática dos atos, todas as mudanças na titularidade e os contratos de compra e venda firmados, a fim de permitir a atualização cadastral dos contribuintes.

**§1º** O disposto neste caput deve ser cumprido pelos cartórios sem cobrança de emolumentos aos entes públicos.

**§2º** A comunicação deverá ser realizada mediante envio de cópia digitalizada do contrato para o endereço eletrônico oficial: **tributoscc2023@hotmail.com**.

**§3º** Após o recebimento da comunicação, o contribuinte será notificado para recolher o ITBI com os devidos acréscimos legais, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme legislação municipal vigente.

**Da Regularização de Contratos Anteriores**

**Art. 232.B.** Os contratos de compra e venda de imóveis retroativas alusivas às mudanças na titularidade de imóveis, deverão ser fornecidas ao Município, pelos cartórios de notas e registro de imóveis, progressivamente, começando pelos mais recentes.

**§1º** O prazo para o fornecimento das informações previstas neste artigo será de seis meses, iniciando-se a contagem a partir da publicação desta Lei Complementar.

**§2º** Durante o prazo previsto no caput, o recolhimento do ITBI será isento de juros e multas, incidindo apenas o valor principal do imposto devido.

**Art. 2º** - Fica incluído na Lei nº 198, de 19 de Dezembro de 1994 - Código Tributário do Município de Santo Antônio do Paraíso, o **Art. 233.A**, com a seguinte redação:



**“Do Não Recolhimento do ITBI no Prazo Legal”**

**Art. 233.A** As pessoas físicas ou jurídicas que adquirirem bens imóveis situados no território do Município de Santo Antônio do Paraíso e não efetuarem o recolhimento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, dentro do prazo estabelecido pela legislação municipal, além das já descritas no código tributário, estarão sujeitas às seguintes sanções:

I – **juros de mora**, calculados com base na taxa aplicável aos tributos municipais, contados a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento até a data do efetivo pagamento;

II – **atualização monetária** do valor do imposto, conforme os índices oficiais adotados pelo Município;

III – **vedação à lavratura da escritura pública e ao registro do imóvel** em cartório, enquanto não houver a quitação integral do ITBI devido.

IV – Inscrição em Dívida Ativa

**§1º** A Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento poderá, mediante regulamento, disciplinar os procedimentos para cobrança do imposto e aplicação das penalidades previstas neste artigo.

**§2º** O não pagamento do ITBI no prazo legal acarretará a **inscrição do débito em dívida ativa**, para fins de cobrança administrativa ou judicial, conforme legislação vigente.

**Art. 3º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Paraíso, em 02 de dezembro de 2025.

  
DEVANIR MARTINELLI  
Prefeito Municipal